CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 876/21

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei da Imigração;

- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências;

- Lei Orgânica do Município;

- Lei Municipal nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento a população de rua na Cidade de São Paulo;

- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências, com alterações;

- Lei Municipal nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, que institui, no Município de São Paulo, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, criada pelo artigo 238 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e dá outras providências, com alteração;

- Lei Municipal nº 14.365, de 10 de abril de 2007, que inclui no Calendário Oficial do Município o Dia do Imigrante e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.287, de 28 de setembro de 2010, que inclui no Calendário Oficial do Município o evento Olimpíadas das Comunidades Estrangeiras (OCRE);

- Lei Municipal nº 15.532, de 16 de fevereiro de 2012, que inclui no Calendário Oficial do Município o evento Encontro de Cultura e Arte das Comunidades de Raízes Estrangeiras;

- Lei Municipal nº 16.478, de 08 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes, regulamentada pelo Decreto nº 57.533/16;

- Decreto Municipal nº 54.476, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, a ser realizada entre 23 de novembro de 1º de dezembro de 2013;

Matéria DSP 1574/2022. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 18/02/2022 e juntado ao PL 876/2021 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=352848.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Decreto 56.208, de 30 de junho de 2015, que confere nova regulamentação ao Conselho Participativo Municipal em cada Subprefeitura a que se referem os artigos 34 e 35 da Lei Nº 15.764, de 27 de maio de 2013, com alteração;

- Decreto Municipal nº 56.353, de 24 de agosto de 2015, que institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante;

- PL 634/18, que institui no município de São Paulo, a implantação de aulas de língua portuguesa em escolas públicas municipais para adultos estrangeiros de baixa renda. principalmente os oriundos de países latino-americanos e do oriente médio asiático

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.
.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

Matéria DSP 1574/2022. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 18/02/2022 e juntado ao PL 876/2021 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=352848.